



## **131ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DISTRITAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

1 Aos onze dias de julho de dois mil e vinte e dois, às 14h15, reuniu-se o Conselho Distrital de  
2 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, por videoconferência pelo aplicativo *Google Meet*,  
3 estando presentes: Aliane Marques de Almeida (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e  
4 Territórios); Allysson Rodrigues Prata (Associação Ceilandense de Lésbicas, Gays, Bissexuais,  
5 Travestis e Transexuais do DF - ACLGBT); Carlos Henrique de Paula Lima (Secretaria de Estado de  
6 Economia do Distrito Federal); Fernando Pereira da Costa (ACREDITAR - Transformando Vidas);  
7 Igor Carvalho (Associação Brasiliense de Deficientes Visuais - ABDV ); Igor Orlandi Meira (Tribunal  
8 de Justiça do Distrito Federal e Territórios); Jéssica Leite de Santana (Secretaria de Estado de  
9 Economia do Distrito Federal); Jônatas Duarte Soares (Federação Centro Oeste de Comunidades  
10 Terapêuticas - FECONTE); Lívia Borges Lopes de Araújo (Associação DF Down); Phellip Alexandre  
11 Alcântara Ponce (OAB-DF- Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Distrito Federal); Rodrigo  
12 Barbosa da Silva (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS); e Wesley Silva Carvalho  
13 (Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara  
14 Legislativa do Distrito Federal). Chamada para verificação de quórum, o quórum foi confirmado. A  
15 Presidente, Paloma Pediani, por motivo pessoal, não pôde participar desta reunião. Dessa  
16 maneira, este Pleno foi presidido pelo Vice-Presidente Rodrigo Barbosa da Silva. **ITEM 1)** Leitura e  
17 aprovação da pauta. O Vice-Presidente fez a leitura de toda a pauta da reunião. Após leitura, a  
18 Secretária Executiva Substituta informou que a Presidente solicitou que o item 4 fosse retirado de  
19 pauta, por motivo da sua não participação para apresentar as informações desse item. Dessa  
20 forma, sugeriu-se que a deliberação fosse somente dos itens 1, 2, 3, 5 e 6 da pauta, sendo que os  
21 itens 5 e 6 seriam apresentados pela Presidente, que entraria na reunião posteriormente, apenas  
22 para apresentar esses itens. Dessa forma, o item 4, ficaria para a próxima reunião extraordinária.  
23 O Vice-Presidente colocou em votação a sugestão da Presidente e todos concordaram em  
24 deliberar nesta reunião somente os itens 1,2, 3, 5 e 6. A pauta foi aprovada. **ITEM 2)** Aprovação  
25 das atas das reuniões extraordinárias 8º e 9º ocorridas no dia 29 e 30 de junho, respectivamente,  
26 do corrente ano (atas enviadas previamente por e-mail). O Vice-Presidente apresentou o teor das  
27 atas das reuniões extraordinárias 8º e 9º. Após explanação, as atas foram aprovadas. **ITEM 3)**  
28 Apresentação do Relatório da Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal - AMA.  
29 Interlocutor: Phellip Alexandre Alcântara Ponce, representante da Sociedade Civil. O Conselheiro  
30 apresentou o Relatório e informou que, atualmente, a AMA não está tendo ação efetiva. Ressaltou  
31 que este Conselho deve prezar pelo direito da pessoa com deficiência e entender a importância  
32 da atuação desta Instituição e da deliberação do Relatório. Em seguida, foi feita a leitura dos  
33 encaminhamentos para todo o Pleno. O Conselheiro Allysson Prata pediu a palavra para debater.  
34 Apresentou concordância com o Relatório, porém ressaltou que anteriormente solicitou a  
35 realização de audiência pública que foi aprovada neste Conselho, mas não ocorreu. O Conselheiro  
36 informou que não sabe o motivo de não ter acontecido, mas entende que é preciso convocar esta  
37 audiência pública. O Conselheiro Phellip Ponce complementou que realmente essa audiência foi  
38 aprovada, mas como não aconteceu, o Relator Igor Carvalho preferiu fazer o Relatório, a fim de



**Governo do Distrito Federal**  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania  
Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos



39 dar andamento aos trâmites desta denúncia. Dessa forma, o Conselheiro Allysson Prata pediu a  
40 retirada do Relatório, pois entende que será um retrabalho, uma vez que, será necessário fazer  
41 um novo relatório após a realização da audiência pública. O Conselheiro Phellip Ponce informou  
42 que a retirada do Relatório não é necessária, visto que essa deliberação é importante, pois a AMA  
43 não está conseguindo atuar, uma vez que houve demissões dos seus empregados, e  
44 conseqüentemente, os atendimentos não estão ocorrendo. O Conselheiro Igor Carvalho pediu a  
45 palavra e ressaltou a relevância deste Relatório. Pediu para que o Conselheiro Allysson Prata  
46 colabore e aprove o Relatório tendo em vista a importância da temática e o tempo decorrido desde  
47 a denúncia. Além disso, sugeriu que, caso seja necessário, este Conselho solicite ao denunciante  
48 que registre uma nova denúncia. O Conselheiro Allysson Prata se posicionou favorável à  
49 aprovação, diante da sugestão do Conselheiro Igor Carvalho. Posteriormente, o Conselheiro  
50 Wesley Silva questionou se já houve acesso ao plano de trabalho da Secretaria de Estado de Saúde  
51 - SES. O Conselheiro Igor Carvalho informou que, até o presente momento, não teve acesso a este  
52 documento. O Conselheiro Wesley Silva sugere oficializar a SES, cobrando este Plano de Trabalho.  
53 Diante dessa tratativa, o Conselheiro Phellip Ponce pediu a palavra e questionou se realmente  
54 seria interessante esperar mesmo uma nova denúncia, devido aos trâmites e temporalidade.  
55 Diante disso, o Conselheiro sugeriu que haja a aprovação deste Relatório e que se mude o nome  
56 “Relatório Final” para “Relatório Parcial”, assim, poderia fazer uma recomendação a AMA para dar  
57 andamento na devolutiva da denúncia e, paralelamente, seria convocada a audiência pública e  
58 finalizado o relatório após essa reunião. O Vice-Presidente abriu para votação do Pleno sobre a  
59 nova nomenclatura do Relatório, qual seja “Relatório Parcial” com o acréscimo de oficial a SES e  
60 com a recomendação de emitir um relatório final após a audiência pública. O Relatório foi  
61 aprovado. Por fim, ficou decidido que a audiência pública será virtual no dia quatro de agosto de  
62 dois mil e vinte e dois, por meio do aplicativo *Google Meet*, e que as entidades a seguir devem ser  
63 convidadas para essa audiência: Representante do Grupo de Trabalho da SES; SES; Secretaria  
64 Extraordinária da Pessoa com Deficiência - SEPD; Ministério Público do Distrito Federal; Defensoria  
65 Pública do Distrito Federal; AMA; OAB-DF e Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência -  
66 CODDEDE. **ITENS 4, 5 e 6)** Em relação a esses itens, foram deliberados pelo Pleno que serão  
67 tratados na próxima reunião extraordinária a ser marcada, uma vez que a Presidente não  
68 conseguiu comparecer para apresentar as informações concernentes a esses itens. Por fim, o Vice-  
69 Presidente Rodrigo Barbosa informou que estão abertas as inscrições para os cursos de  
70 qualificação social e profissional de jovens e adolescentes do Programa Vencer, no Distrito Federal.  
71 A iniciativa é da SEJUS, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.  
72 Sem mais para o momento, a reunião foi encerrada às 15h30, sendo que eu, Pollyanna Ferreira  
73 Rodrigues Silva, Secretária Executiva Substituta do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos  
74 Direitos Humanos, lavrei a presente ata.

